

ÁFRICA:

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

Ercilio Neves Brandão Langa

Resumo: O artigo analisa antecedentes históricos da Organização da Unidade Africana (OUA), a maior e mais relevante instituição de África. Surge em 1963 na trajetória histórica do continente marcado por exploração, escravidão, colonização, lutas armadas, pan-africanismo e nacionalismo. Esses processos culminaram em descolonização, autodeterminação dos povos e independências. A OUA resulta das fricções de dois grupos de países, Monróvia e Casablanca, que lutavam pelo mesmo objetivo: fim da colonização.

Palavras-chave: Organização da Unidade Africana. História. Nacionalismo. Independências africanas.

Abstract: The article analyzes the background of the Organization of African Unity (OAU), the largest and most relevant institution in Africa. It emerges in 1963 from the historical trajectory of the continent marked by exploitation, slavery, colonization, armed struggles, pan-Africanism and nationalism; processes that culminated in decolonization, self-determination of peoples and independence. The OAU results from the friction of two groups of countries, Monrovia and Casablanca, which fought for the same objective: the end of colonization.

Keywords: Organization of African Unity. Story. Nationalism. African independence.

1 INTRODUÇÃO

O artigo analisa os acontecimentos que contribuíram para a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. Para tal, faz-se uma contextualização histórica e político-econômica de fatos determinantes e inerentes aos processos de formação e desenvolvimento das nações africanas e à fundação da OUA. O artigo está estruturado em cinco segmentos. Na primeira parte, discute-se sobre o lugar de África e do Egito faraônico na geopolítica mundial, destacando as suas racializações pela historiografia ocidental. Apontam-se também suas inserções forçadas na modernidade ocidental europeia por meio da escravidão, destacando a contribuição de historiadores africanos como Cheik Anta Diop. No segundo tópico, faz-se uma releitura da Conferência de Berlim e seu significado para África. Já no terceiro, analisa-se a inserção de África nas duas grandes guerras mundiais, a emergência do movimento pan-africano e do nacionalismo africano. No quarto item, aborda-se o continente africano no contexto da Guerra-Fria. Por último, discorre-se acerca da fundação da OUA a partir das independências africanas.

2 ÁFRICA E SUA INSERÇÃO NA MODERNIDADE OCIDENTAL

Na inserção de África na geopolítica mundial, destaca-se o lugar geográfico, climatérico, antropológico e social atribuído ao deserto do Sahara, o mais extenso do planeta. O deserto parece dividir o continente africano em duas regiões geográfica e socialmente distintas: a África do Norte, cujos territórios apresentam clima semiárido ou desértico, habitados por populações islamizadas, majoritariamente de pele clara, falantes da língua árabe, constituída pelos países: Sahara Ocidental, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. A região também é designada pelo mundo ocidental como “África Branca”. A África Subsahariana é constituída pelas regiões central e austral do continente e seus territórios, sendo caracterizada por grandes florestas tropicais e clima mais ameno, com populações de origem bantu, de pele mais escura. Ela é constituída por todos os países ao sul do deserto do Sahara e também é conhecida por “África Negra”.

Tais designações e divisões refletem a tentativa de racialização do continente africano, baseada no conceito de raça desenvolvido pela cosmovisão europeia ocidental, cujas ideias e posturas foram apropriadas por muitos africanistas. Apesar de adotada há séculos pela historiografia ocidental, parte dos historiadores africanos faz críticas a essa racialização e à cisão do continente em “duas Áfricas”. Dentre os críticos, destaca-se Amadou M'Bow (2010), professor senegalês e antigo diretor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No prefácio do oitavo e último volume da obra *História Geral de África*, ele diz:

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método. Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a ideia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma “África branca” e uma “África negra” que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Nubia e aquelas dos povos subsaarianos. Certamente, a história da África norteaariana esteve antes ligada aquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsahariana, mas, nos dias atuais, e amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade linguística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares (M'BOW, 2010, p. XIX - XX).

Distintos autores argumentam que, antes da colonização europeia, os africanos não se identificavam a partir da cor da pele ou da raça, mas por diferenças étnicas e culturais. Essa perspectiva argumenta que a identificação racial foi inventada pelos europeus e, entre os africanos, tal identidade resulta dos processos de colonização e do contato com o “homem branco”. De fato, ainda hoje, em muitas sociedades africanas, a identidade predominante é a étnico-cultural ou a partir do grupo etnolinguístico.

Via de regra, historiadores europeus conectam mais a região norte de África com o sul da Europa do que ao restante do continente africano. Nesse contexto, têm sido levantados debates sobre essa cisão histórico-antropológica, bem como acerca dos métodos usados pela historiografia colonial europeia em suas pesquisas no norte de África. Nessa guerra de culturas, há correntes que afirmam a influência da cultura afro-asiática sobre toda a Europa meridional, destacando-se o historiador Martin Bernal (1991), que demonstra as origens afro-asiáticas da civilização clássica europeia e afirma que os gregos “roubaram” várias descobertas e invenções científicas dos povos africanos. Nessa linha de pensamento africanista, a civilização ocidental estaria em débito no reconhecimento de suas origens africanas e asiáticas.

3 A CONTRIBUIÇÃO DE CHEIK ANTA DIOP

Na discussão acerca da racialização do continente e da suposição de que a civilização egípcia estaria mais próxima à Península Ibérica e à Europa Meridional, distingue-se um africano e homem de diversas formações – historiador, químico, arqueólogo, paleontólogo, etnólogo, linguista, egiptólogo – Cheik Anta Diop.

Diop (2010) demonstra, a partir de métodos científicos – arqueologia egípcia, evidências da antropologia física, representações humanas do período, teste de dosagem de melanina, medidas osteológicas, grupos sanguíneos, escritos de historiadores clássicos da Antiguidade, dados culturais e afinidades linguísticas com outras línguas africanas como o *wolof* –, bem como da Bíblia, livro sagrado dos povos cristãos, que as civilizações egípcias pré-, proto- e pós-dinastias faraônicas eram negras:

O fundamental em todas as conclusões é que, a despeito das discrepâncias que apresentam, o seu grau de convergência prova que a base da população egípcia no período pré-dinástico era negra. Assim, todas elas são incompatíveis com a teoria de que o elemento negro se infiltrou no Egito em período tardio. Pelo contrário, os fatos provam que o elemento negro era preponderante do princípio ao fim da história egípcia, particularmente, se

observarmos, uma vez mais, que “mediterrâneo” não é sinônimo de “branco”; estaria mais próximo da “raça morena ou mediterrânica” de Elliot-Smith. “Elliot-Smith classifica esses protoegípcios como um ramo do que ele chama raça morena, que corresponde a ‘raça mediterrânica ou euro- africana’ de Sergi” (p. 418). O termo “moreno” neste contexto refere-se a cor da pele e simplesmente um eufemismo de negro (DIOP, 2010, p. 04).

Outras descobertas do autor apontam que práticas como a circuncisão, o totemismo, as cosmogonias, a arquitetura e os instrumentos musicais são de origem egípcia, tendo sido apropriadas pelas civilizações do Oriente Médio, bem como pelas europeias gregas e romanas. Diop (2010) argumenta que a ancestralidade africana da civilização egípcia – os faraós – é negra e que, a partir dela, se originaram outras civilizações. Partindo da língua e da literatura egípcias antigas, afirma que a forma como os antigos egípcios viam a si próprios, a categoria étnica com a qual se designavam era “*kmt*”, “*kmet*” ou “*kamit*” e que, na linguagem faraônica, literalmente significa “*homens negros*” ou “*negros*”. Eis a perspectiva do autor sobre a origem dos antigos egípcios:

A estrutura da realeza africana, em que o rei é morto, real ou simbolicamente, depois de um reinado de duração variável – em torno de oito anos – lembra a cerimônia de regeneração do faraão, através da festa de Sed. Os ritos de circuncisão já mencionados, o totemismo, as cosmogonias, a arquitetura, os instrumentos musicais etc., também são reminiscências do Egito na cultura da África Negra. A Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental. A constituição de um *corpus* de ciências humanas africanas deve ter isso como base (DIOP, 2010, p. 43).

Ele continua sua reflexão com uma análise sobre o discurso acerca das raças e do apagamento da contribuição africana no desenvolvimento da humanidade e da ciência:

Assim, escreveu-se no Cairo uma nova página da historiografia africana. O simpósio recomendou que se fizessem novos estudos sobre o conceito de raça. Tais estudos têm sido realizados desde então, mas não trouxeram nada de novo à discussão histórica. Dizem-nos que a biologia molecular e a genética reconhecem apenas a existência de populações, e que o conceito de raça já não tem qualquer significado. No entanto, sempre que aparece alguma questão sobre a transmissão de doenças hereditárias, o conceito de raça, no sentido mais clássico do termo, reaparece, pois, a genética nos ensina que “a anemia falciforme ocorre apenas entre os negros”. A verdade é que todos estes “antropólogos” já esquematizaram em suas mentes as conclusões derivadas do triunfo da teoria monogenética da humanidade, sem ousar dizê-lo explicitamente, pois, se a humanidade teve origem em África, foi necessariamente negroide antes de se tornar branca através de mutações e adaptações, no final da última glaciação na Europa, no Paleolítico Superior (DIOP, 2010, p.35 - 36).

Diop (2010) mostra a importância do Egito para a história enquanto civilização negra e que sua arte, escrita e ciências não podem ser isoladas de seu contexto africano. Ele fala ainda da existência de uma história e de ciências humanas negro-africanas apoiadas em bases sólidas. Na sua ótica, a redescoberta da verdade sobre o passado dos povos africanos não deverá ser motivo de divisão, mas de união e estreitamento de laços de norte a sul do continente africano. Ademais, distintos historiadores mostram a origem e as influências africanas nas ciências e nas artes mundiais, tendo sido apropriadas por outros povos e sendo tidas hoje como invenções ocidentais e europeias. Tais origens e influências negras têm sido apagadas da história, particularmente a partir da escravidão racial de africanos em todos os continentes.

4 A ESCRAVIDÃO RACIAL DE AFRICANOS PELO MUNDO

Diversos historiadores, autores e intelectuais africanos apontam que a entrada de África na Modernidade se deu através do comércio de africanos como escravos para a Europa e as Américas. Para Inikori (2010), sempre houve, de forma isolada, a venda de escravos oriundos da África Subsaariana para o Mediterrâneo Antigo, Europa Meridional, Oriente Médio e até algumas regiões da Ásia. “Tal comércio durou vários séculos, haja vista que somente se extinguiu no começo do século XX. Todavia, as ‘quantidades’ anuais, assim exportadas, nunca foram relevantes” (INIKORI, 2010, p. 91).

Já Ki-Zerbo (1972a) salienta que o tráfico de escravos não foi uma ação premeditada dos europeus. Os portugueses, primeiros navegadores europeus a chegar aos territórios africanos, partiam para “a rota das Índias” à procura de especiarias: pimenta, pimentão, canela, gengibre, mas também tecidos preciosos, seda e índigo. Quando chegaram à costa oriental africana, o tráfico de escravos era prática corrente nas cortes africanas. Assim esclarece:

Como se pôde chegar ao comércio em grande escala dos Negro-Africanos? Pretendem alguns que os Europeus mais não fizeram do que imitar as práticas correntes em África nessa época. Tais práticas não se limitavam apenas à África. Por toda a parte, na Idade Média, a escravatura era o sinal de um certo estágio da evolução socioeconômica. A palavra *escravo* provém, como se sabe, do fato de serem em particular os Eslavos da Europa central vendidos na Idade Média. Vimos também que estavam ao serviço do imperador do Mali escravos brancos. A escravatura estava em uso em África e distinguiam-se no conjunto os escravos domésticos e os escravos de guerra, que acabavam por se ir juntar à primeira categoria ao fim de algum tempo. A verdade é que nas regiões de África em que a evolução econômica estava avançada, como em

torno dos centros urbanos de Jena e Tombuctu, a escravatura tomara caráter de acentuada exploração. Ranchos de cem a duzentos escravos pertenciam por vezes ao mesmo príncipe ou grande negociante. O mesmo acontecia talvez nas ilhas afro-árabes da costa oriental, como Zanzibar. Mas, por um lado, esses escravos viviam com suas famílias. Eram sobretudo servos ligados a domínio. Além disso, este caso era uma exceção muito localizada no tempo e no espaço. Em geral, em África, o escravo era muito rapidamente integrado na família (KI-ZERBO, 1972a, p. 265).

A partir dos relatos de historiadores, percebe-se que a escravatura existia e era corrente em África bem antes do contato com os europeus; era praticada por africanos e árabes que comerciavam nas costas do continente. Entretanto, foi com a entrada em cena dos europeus e de seus navios negreiros – munidos de equipamento especial de ferro, de fixações, de correntes, de cobertas e de falsas cobertas para dominar e armazenar carga humana – que o comércio de africanos tomou proporções genocidas.

A partir do século IX, ocorre o desenvolvimento da exportação de escravos provenientes da África Negra para o resto do mundo. Estudiosos apontam que o tráfico de escravos não se limitou ao continente africano, visto que, desde o Império Romano, o mundo conheceu a escravidão. O comércio teve uma mudança importante no continente africano a partir de 1492:

Por outro lado, a partir do momento em que o Novo Mundo, após a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, abriu-se à exploração europeia, um tráfico de escravos africanos, envolvendo números muito maiores, se superpôs ao antigo tráfico: trata-se do tráfico transatlântico de escravos, praticado do século XVI até meados do século XIX. Os dois tráficos perpetuaram-se simultaneamente durante quase quatro séculos e arrancaram milhões de africanos de sua pátria. Até hoje, o papel desse comércio no desenrolar da história mundial ainda não foi devidamente evidenciado (INIKORI, 2010, p. 91).

Europa Ocidental, Américas, Antilhas e outras zonas circunvizinhas receberam escravos africanos, cuja mercantilização utilizou-se principalmente do oceano Atlântico como espaço de navegação e comércio, criando nele uma ordem econômica coesa. De fato, “o tráfico de escravos da África teria sido um fator primordial para o advento da ordem econômica atlântica do século XIX” (INIKORI, 2010, p. 95). O período entre 1880 e 1935 é crucial para o continente africano, pois ocorreram mudanças que afetaram o futuro dos africanos. As duas datas são simbólicas, porque correspondem à realização da Conferência de Berlim e à ocupação da Etiópia, cujo rei resistia às investidas europeias, sendo o último país africano a ser colonizado.

5 A CONFERÊNCIA DE BERLIM E SEU SIGNIFICADO PARA ÁFRICA

Entre novembro de 1884 a fevereiro de 1885, foi realizada na Alemanha a Conferência de Berlim, na qual as principais potências imperialistas europeias decidiram a partilha dos territórios de África. A proposta inicial da convocatória da conferência era resolver os conflitos territoriais criados pelas explorações das potências europeias na região do Congo, bem como a criação de mecanismos para a abolição do tráfico de escravos, dentre outros ideais humanitários visando o bem-estar dos povos africanos. Porém, após a notícia de que a reunião seria realizada, a corrida à África intensificou-se. A conferência terminou por distribuir territórios africanos e aprovar resoluções sobre a livre navegação nos rios Congo e Níger.

Assim, Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica, Espanha e Portugal dividem e esquadrinham os territórios africanos, conforme seus interesses políticos e econômicos, determinando a ocupação efetiva do continente. A ocupação e a divisão dos territórios africanos não levaram em conta a ordem histórica, política e étnica dos povos nativos que, muitas vezes, foram divididos ao meio, através de fronteiras físicas artificiais, com consequências amargas até os nossos dias.

A Conferência de Berlim determinou a ocupação efetiva do continente africano pelas potências europeias, bem como estabeleceu regras e modalidades de “apropriação legal” dos territórios africanos e o direito de conquista dos Estados europeus sobre tais possessões. Essas foram as principais consequências da conferência para África. Até 1880, cerca de 80% do território do continente africano era governado por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. Apenas algumas áreas bastante restritas do continente estavam sob dominação direta de europeus (BOAHEN, 2010a; 2010b). Dessa forma, entre 1880 e 1910, em um período de trinta anos, ocorrem as mais espetaculares e trágicas mudanças para o continente africano, caracterizadas pela conquista e ocupação militar de seus territórios pelas potências europeias e consequente instauração do sistema colonial. Os anos subsequentes foram caracterizados pela consolidação e exploração desse sistema:

O desenvolvimento desse drama foi verdadeiramente espantoso, pois até 1880 apenas algumas áreas bastante restritas da África estavam sob a dominação direta de europeus. Em toda a África ocidental, essa dominação limitava-se às zonas costeiras e ilhas do Senegal, a cidade de Freetown e seus arredores (que hoje fazem parte de Serra Leoa), as regiões meridionais da Costa do Ouro (atual Gana), ao litoral de Abidjan, na Costa do Marfim, e de Porto Novo, no Daomé (atual Benin), e a ilha de Lagos (no que consiste atualmente a Nigéria). Na África setentrional, em 1880, os franceses tinham colonizado apenas a Argélia. Da África oriental, nem um só palmo de terra havia tombado em mãos

de qualquer potência europeia, enquanto, na África central, o poder exercido pelos portugueses restringia-se a algumas faixas costeiras de Moçambique e Angola. Só na África meridional e que a dominação estrangeira se achava firmemente implantada, estendendo-se largamente pelo interior da região (BOAHEN, 2010a, p. 03).

O historiador argumenta que, com a exceção da Libéria e da Etiópia, África viu-se submetida à dominação das potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, muito mais extensas do que as formações políticas pré-existentes e, muitas vezes, pouco relacionadas com elas. A dominação europeia não era apenas militar e político-econômica, mas também cultural, o que culminou com a extinção demográfica de diversos povos e grupos etnolinguísticos, bem como de valores e práticas culturais africanas consideradas retrógradas ou que dificultavam a influenciam europeia.

Se a maioria dos países africanos alcançou sua independência e autonomia política na década de 60 do século XX, a Libéria e a Etiópia constituem duas exceções. As duas nações resistiram durante séculos à dominação europeia sem serem colonizadas. Entretanto, sofreram com a dominação político-econômica europeia, vivenciando crises que desencadearam guerras civis. Fundada por escravos negros vindos dos Estados Unidos, que mais tarde se transformaram na elite política em oposição às populações nativas, a Libéria proclamou sua independência em 1847. A Libéria serviu como “campo de experiência” do modelo norte-americano que sempre influenciou os destinos dessa nação africana. Nos anos finais do século XX, vivenciou uma guerra civil por conta de convulsões internas entre a elite negra norte-americana e as populações nativas africanas.

Já a Etiópia experienciou por alguns anos – no contexto da emergência da II Guerra Mundial – tentativas de colonização italiana e várias intervenções britânicas. Décadas mais tarde, a Etiópia viveria convulsões políticas que culminariam com a deposição do rei Hailê Selassiê e intervenção de militares cubanos em seu território. Diante do colonialismo europeu, reis e líderes africanos resistiram, decididos a manter seu *status quo*, tentando assegurar a sua independência. Além da defesa militar e de convocações de sublevações contra o colonizador, a religião foi uma das armas utilizadas contra o imperialismo europeu. Graças à Revolução Industrial e a seus artefatos tecnológicos que conferiam superioridade militar às suas tropas – o navio a vapor, ferrovias, a metralhadora e outras invenções –, os europeus levavam vantagens nessas investidas contra as nações africanas. Os africanos não estavam cientes de que os arcos e as flechas, as lanças e as espingardas que usavam estavam defasadas

em relação à Europa. Muitos reis e reinos africanos foram exilados ou mortos, perdendo a soberania sobre seus territórios. Após quatro séculos de colonização europeia e de tráfico de africanos para serem escravizados em diversos países dos continentes europeu, norte-americano e latino-americano, o século XIX trouxe alguma esperança para o continente africano: o movimento abolicionista da escravidão. Esse era um movimento europeu, essencialmente britânico, protestante, curioso e com algum espírito científico. Entretanto, como explicita Ki-Zerbo (1972a), não se tratava apenas do espírito humanitário e generoso que impelia os europeus para a abolição da escravidão e do genocídio de milhões de africanos, mas interesses econômicos capitalistas decorrentes da Revolução Industrial britânica e suas necessidades de expansão de mercados consumidores. Os africanos já não eram vistos apenas como mão de obra barata, mas também como consumidores em potencial. Ainda assim, África continuava a ser vista como o principal motor de desenvolvimento a serviço da Europa:

A África Negra permanecia, portanto, o «continente misterioso», a *terra incógnita*. As suas zonas mais vazias na carta eram denominadas «África tenebrosa» (*darkest África*). Mas o renascer do interesse pela África explica-se sobretudo por razões econômicas. Durante o século XIX, com efeito, primeiro a Inglaterra e depois os países da Europa Ocidental vão sofrer uma mutação de estruturas que é a revolução industrial, marcada pela invenção das máquinas de vapor, de fiar, de tecer, da fundição etc. Esta Europa tinha necessidades radicalmente novas. Não lhe interessava uma África a expedir sem parar levas de homens para as plantações em que se tornavam cada vez menos necessários os seus braços, pois que as máquinas agrícolas começavam a substituí-los. Em contrapartida, na própria África eles podiam servir de mão-de-obra para fornecer matérias-primas e constituir aí um excelente mercado para a produção industrial europeia. A idade mecânica impunha à África um novo papel a desempenhar no desenvolvimento europeu. Prospectar as possibilidades da África no sector das plantações e minas, controlar, se necessário, estas fontes de produção e dispor do mercado mais vasto possível para o consumo, tal será cada vez mais a tendência dos capitalistas europeus. Não é, de resto, por acaso que os países europeus mais industrializados serão também as maiores potências coloniais. Esta tendência, porém, só se manifestará de forma bem nítida no último quartel do século. Os imperativos cada vez mais severos que pesam sobre as economias nacionais da Europa levarão então à intervenção militar imperialista. Assim, portanto, três figuras principais desta cadeia de acontecimentos são os missionários, os mercadores e os militares (KI-ZERBO, 1972a, p. 68).

A invasão e a partilha do continente africano pelas potências europeias, ao longo dos séculos, deveram-se à ordem econômica, pois a avançada industrialização de países europeus exigia a defesa de seu poderio agrícola e industrial diante de países como os Estados Unidos e a Rússia, cujos produtos chegavam a fazer concorrência

aos produtos europeus. Tratava-se de fixar a regra do jogo e de disciplinar a luta de interesses nos territórios africanos, assegurando o monopólio em regiões produtoras de matérias-primas, assim como mercados para os produtos manufaturados (KI-ZERBO, 1972a).

Nesse cenário, a Conferência de Berlim serviu para enunciar regras muito simples: a ocupação do litoral não bastava para reivindicar as terras do interior, que deveria acontecer com notificação às potências. É nessa conferência que as bacias dos rios Congo e Níger são declaradas zonas livres ao comércio internacional – desencadeando a “corrida para a África” –, o principal ato do imperialismo/colonialismo europeu. Nos trinta anos seguintes, as potências europeias se apoderaram de todo o continente, ocupando seus territórios. Percebe-se que a configuração sócio-histórica do continente africano foi marcada por processos de dominação colonial e violência por parte das potências europeias, ao longo dos séculos.

6 AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS E SUAS EXPRESSÕES EM ÁFRICA

Com a eclosão da I Guerra Mundial em 1914, a guerra europeia em África foi essencialmente protagonizada por africanos na condição de soldados e carregadores, cujo papel nunca foi reconhecido. Eis um trecho extraído do jornal português *O Público*, ilustrando o conteúdo de uma carta datada de 6 de maio de 1918, dirigida ao Governador de Moçambique, então colônia portuguesa, denunciando o recrutamento de africanos para a guerra e descrevendo as condições desses sujeitos:

Os indígenas mais válidos da Província têm sido violentamente recrutados para fins expedicionários e já há hoje quem calcule o número de mortos em perto de 5 mil. Porque os indígenas só voltam quando moribundos ou estropiados, a repugnância pelo recrutamento e pelo nome português tem-se espalhado através do sertão; contam as vicissitudes porque passam, dias sem alimentação muitas vezes, ou com alimentação imprópria; os mortos e os moribundos abandonados pelo caminho como animais; a lenda funesta alastra-se, os pretos emigram em massa, a agricultura e a indústria Zambeziana lutam com falta de braços, e o Governo é vítima dos seus próprios métodos, só pela violência encontra quem o sirva, e chegará o momento, se os métodos não mudarem, em que nem carregadores encontrem e em que as empresas da Zambézia tenham de assistir à ruína e transformação de tanto esforço e dinheiro empregado em puras perdas por falta de indígenas para o trabalho.[Extrato da carta conjunta enviada pelo Grémio de Proprietários e Agricultores da Zambézia, pela Companhia do Boror e pela Sociedade de Recrutamento de Indígenas ao Governador-geral de Moçambique, Manuel Luís Moreira da Fonseca de 06 de Maio de 1918] (JERÓNIMO, 2014, p. 06.).

A primeira Grande Guerra foi um conflito entre as potências europeias, na qual o continente africano viu-se direta e indiretamente envolvido, porque estava sob

dominação dos contendores. Embora as batalhas travadas no continente exercessem influência marginal no curso do conflito mundial, suas repercussões foram drásticas para os africanos (CROWDER, 2010). Não era de estranhar que os “indígenas” tivessem começado a “odiar os que os arrancam ao seu lar e às suas florestas para o ir matar sem piedade, à míngua de tudo, nos trabalhos forçados das expedições” (JERÓNIMO, 2014, p. 06). Eis a argumentação de Crowder (2010) sobre a participação e a situação dos africanos na I Guerra Mundial:

Mais de um milhão de soldados africanos participou dessas campanhas ou de operações militares na Europa. Em número ainda maior, homens, mulheres e crianças foram recrutados, muitas vezes à força, para servir como carregadores em exércitos cujos suprimentos não podiam ser transportados por meios convencionais, como estradas, ferrovias e bestas de carga. Mais de 150 mil soldados e carregadores perderam a vida na guerra. Muitos mais ficaram feridos e mutilados. Ao término das hostilidades, todos os países da África, com exceção dos pequenos territórios espanhóis que permaneceram neutros, estavam formalmente envolvidos num campo ou no outro (CROWDER, 2010, p. 319).

A primeira e imediata consequência dessa guerra para o continente africano foi a invasão das colônias alemãs em África pelos países aliados. Ao fim do conflito, com a vitória dos aliados, coube a eles dividir as possessões alemãs como despojos de guerra. No total, mais de dois milhões e meio de africanos – cifra que corresponde a bem mais de 1% da população do continente – participaram, de uma forma ou de outra, do esforço da guerra (CROWDER, 2010). A derradeira consequência da guerra foi a consolidação das posições das potências coloniais europeias e sua soberania sobre as populações africanas.

O período entre as duas guerras mundiais é designado de “idade de ouro” do colonialismo europeu em África. Além das consequências políticas, econômicas e sociais, a guerra afetou a vida de milhões de homens e mulheres africanos deslocados de suas aldeias para milhares de quilômetros. A guerra também despertou novos horizontes para milhares de africanos, particularmente, aqueles que pertenciam às elites, favorecendo o despertar dos movimentos nacionalistas contra o poder colonial. Ao mesmo tempo, este período é bastante fértil para a emancipação dos africanos, pois coincide com uma grande movimentação e atuação da diáspora africana contra a colonização europeia, constituindo a gênese do pan-africanismo.

Enquanto os africanos eram subjugados e suas vozes sufocadas pela colonização europeia, porque não estavam em condições de falar por si, foram os afro-americanos e os negros antilhanos que reivindicaram os direitos dos africanos. Sempre

houve relações históricas dinâmicas entre o continente africano e suas diásporas, formadas pelos sobreviventes do tráfico de escravos e afrodescendentes:

Estas citações mostram claramente que a dinâmica das relações históricas entre a África continental e as suas diásporas, estudada nos volumes anteriores, prosseguiu após 1935. Estas relações, sobreviventes aos tráficos escravistas em direção a Ásia, Europa e Américas, foram consolidadas pelas experiências psicológicas e sociais da diáspora, de onde nasceram os movimentos de protesto, as revoltas e as ações internacionais conduzidas em prol da libertação dos negros, da liberdade e igualdade dos africanos e dos seus descendentes, no continente e no estrangeiro. Igualmente, a natureza, a maior ou menor crueldade da escravatura, o número de escravos e a sua proporção em relação aos senhores, influenciaram profundamente o processo de socialização e assim contribuíram, para modelar a representação da África, própria as diferentes comunidades da diáspora. Do mesmo modo, a imagem da maneira variável através da qual os africanos do continente se fazem representar, os pertencentes a diáspora tem a sua atuação em função da sua experiência de colonização (HARRIS; ZEIGHIDOUR, 2010, p. 850).

Foram os intelectuais negros diaspóricos e os africanos estudantes na Europa – na França e na Grã-Bretanha – e nos Estados Unidos que defenderam o direito à autonomia e o de os africanos disporem de si próprios. Havia uma solidariedade internacional entre os afro-americanos e afro-antilhanos para com os africanos. Entre os negros americanos, havia a ideia comum de necessidade de “salvamento” da África a provocar a emancipação dos negros e a demonstrar suas capacidades de se autogovernarem e contribuírem para a civilização mundial. Esta ideia impôs-se na diáspora e alavancou o nascimento dos movimentos negros internacionais para a libertação de África que, mais tarde, deu forma ao pan-africanismo.

Voltando à situação vivenciada no continente africano nesse período de 1935, Oloruntimehin (2010) argumenta que grande parte das colônias africanas criadas pela ocupação europeia abrigava grupos nacionais cultural e historicamente distintos, cuja unidade fundava-se no fato de estarem submetidas ao domínio estrangeiro. Tal situação colonial forjou identidades novas na luta contra as atrocidades da dominação racial europeia e seu sistema que impunha seus valores, nomes, evolução política e social:

Convém reconhecer que, enquanto sistema de relações, o colonialismo apresenta certa base racista. Se a evolução, em um contexto colonial, resulta das interações entre colonizador e colonizado, a consciência racial é a base do desenvolvimento do nacionalismo enquanto busca da soberania e da independência (OLORUNTIMEHIN, 2010, p. 658).

O colonialismo europeu sobreviveu graças à difusão da cultura do colonizador por meio da educação, criando elites no seio das populações colonizadas. Os membros das novas elites africanas, bem como os chefes tradicionais acreditavam que seriam absorvidos e aceitos como colegas pelos colonizadores. Algumas dessas estruturas locais foram aproveitadas pela administração colonial europeia, como o *indirect rule* britânico e francês, um sistema de administração indireta cujo poder colonial usava as estruturas tradicionais locais – *chefes tradicionais, régulos, sobas, warrant chiefs, native authorities, chefs de paille* – para melhor administrar os territórios africanos. Nessas possessões, as autoridades tradicionais africanas não foram banidas com o sistema colonial, mas sim reutilizadas como subalternos a favor dos colonizadores. Na realidade, os reis e chefes tradicionais desses territórios reinavam, mas não tinham poder. O *indirect rule* constituía mais uma encarnação da dominação colonial a submeter os africanos. A própria situação e os Estados coloniais os oprimiam, pois os africanos eram colocados em posições inferiores às dos europeus mesmo que tivessem formação e experiência equivalentes. O mesmo acontecia com os chefes tradicionais africanos que estavam em posição ambígua, muitos dos quais haviam perdido seu poder real, sua posição e seu prestígio social. Nesse período, apenas a Etiópia havia logrado resistir à colonização europeia e mantinha-se independente.

Ki-Zerbo (1972b) argumenta que o período colonial constituiu uma fase histórica, na qual o nacionalismo domesticado ou esmagado só se podia exprimir sob a forma de revolta. Em todo o continente, surgiram questionamentos aos estatutos de colônias e protetorados com que os países africanos são designados pelas potências europeias. O questionamento foi feito por associações de profissionais e sindicatos africanos ligados à indústria, à pesca e aos portos. Ao mesmo tempo, as crises econômicas atingiram os territórios africanos, muito dependentes das economias das metrópoles europeias, até à eclosão da II Guerra Mundial. Essas crises pré-guerra deram origem a diversos nacionalismos africanos, que surgiram a partir de movimentos sindicais, associações culturais, fundadas na etnia ou no parentesco, dentro do continente e das elites intelectuais formadas na Europa.

Na ótica de Ki-Zerbo (1972b), em África, certas categorias sociais estavam mais sensibilizadas com os problemas gerais e acabaram tornando-se intérpretes naturais e catalisadores das aspirações das massas: os sindicatos e os intelectuais. O autor reconhece que os movimentos sindicais se desenvolveram tardiamente em África por

conta do atraso na industrialização, inerente ao sistema colonial. Somente em 1930, o movimento sindical emerge no continente.

No contexto do colonialismo europeu, o proletariado africano tanto urbano como rural foi mantido no mais baixo nível de vida compatível com a mera subsistência, por meio de diversos sistemas de espoliação, imposições, restrições e baixos salários, destinados a assegurar mão de obra barata e abundante para os seus empreendimentos (COMITINI, 1980). Tal sistema tinha como base a ocupação de terras aráveis pelos fazendeiros e companhias europeias, com a consequente expulsão da família rural africana para as “reservas”, insuficientes em recursos de água, qualidade do solo etc. Não obtendo rendimentos suficientes para a sua manutenção nas reservas, as famílias africanas migravam para as fazendas dos europeus, as minas ou as cidades em busca de trabalho assalariado, cumprindo, assim, os objetivos do colonizador em suas múltiplas formas de dominação. Muitas das vezes, o salário pago pelo europeu foi calculado para manter o africano o maior tempo possível como empregado e suficiente apenas para a sua reprodução e sobrevivência.

Enquanto os empregados e operários africanos alcançavam a consciência nacionalista através da dura experiência das relações do trabalho, os intelectuais chegavam também a essa consciência pela experiência da alienação cultural (KIZERBO, 1972a). Foram as duras e miseráveis condições de vida das populações africanas que instigaram estudantes e intelectuais africanos na Europa e negros norte-americanos para a denúncia e as lutas que antecederam o nacionalismo africano. Assim, os intelectuais africanos irão encontrar-se com escritores antilhanos, afro-americanos e malgaxes, denunciando, por meio de obras literárias, as condições dos negros nos seus territórios – os quais vivenciavam uma condição servil, privados de direitos civis, políticos e econômicos.

7 O MOVIMENTO PAN-AFRICANO

Nesse contexto, Du Bois (1999) escreve a obra *As almas da gente negra*, uma coletânea de textos literários, na qual questiona: como nove milhões de negros americanos poderiam viver em uma terra privados de direitos sociais, civis e político-econômicos básicos e impossibilitados de se integrarem livres e iguais na sociedade norte-americana? Por sua vez, Price-Mars publica, em 1928, *Ainsi parla l'oncle: essai d'ethnographie*, exaltando o continente africano e seus povos. Em 1930, o poeta martinicano Ettiënne Léro funda um jornal literário intitulado *Légitime Défense*, no qual,

pela análise marxista e pela expressão surrealista, discutia a questão do racismo. Já René Maran, das Ilhas Martinica, publica, em 1921, a novela *Batouala: um verdadeiro romance negro*, obra em que, pela primeira vez, aparece a palavra *negritude*. Com essa obra, Léro é agraciado com o prêmio Goncourt de língua francesa.

Negritude foi o nome dado à corrente literária que agregou escritores negros francófonos e propagava uma ideologia de valorização da cultura negra nos países africanos e em outros continentes com populações afrodescendentes que eram ou haviam sido vítimas do colonialismo. Anos mais tarde, em 1935, a noção de *negritude* viria a ser apropriada por Aimé Césaire no número 3 da Revista *L'Étudiant Noir* e posteriormente retomada por Leopold Senghor. Em 1938, Aimé Césaire escreve e publica, em 1947, o grande canto negro *Cahier d'un retour au pays natal*. Ao usar o conceito de *negritude*, Césaire pretendia reivindicar a identidade negra e sua cultura perante a cultura francesa, então dominante nas colônias (CÉSAIRE, 2010). Na sua ótica, *negritude* significava repulsa, repulsa diante da assimilação cultural, repulsa por uma imagem do negro tranquilo incapaz de construir uma civilização. Enquanto isso, Senghor opunha os valores culturais da África Negra (emoção negra, *negritude*) à razão helênica (grega, ocidental), assumindo a *negritude* como dimensão identitária.¹ É nesse contexto de confrontação do colonialismo que se organizam os primeiros congressos pan-africanos, quase todos realizados em capitais europeias (CÉSAIRE, 2010).

Assim, em 1919, realiza-se o I Congresso Pan-Africano, em Paris, logo após o término da I Grande Guerra europeia, que contou com a participação de deputados africanos que ocupavam lugares no parlamento francês, e mais 57 delegados negros, oriundos das diversas colônias francesas e britânicas, dos Estados Unidos e das Antilhas. Esse congresso foi proposto por Du Bois que reclamava o direito de os negros disporem de si mesmos e terem direitos iguais aos dos brancos, conforme o princípio proclamado pelo presidente progressista norte-americano Woodrow Wilson, que governou os EUA entre 1913 e 1921. O evento ocorreu em um clima de tensão por conta da onda de linchamentos de homens negros na sociedade norte-americana – em 1919, chegava a 83 o número de negros linchados (COMITINI, 1980).

Já o II Congresso Pan-Africano aconteceu em Londres, em 1921, contando com a presença de 130 delegados, 41 dos quais provenientes dos territórios africanos e 35

¹ Leopold Senghor desenvolve a *negritude* como um movimento cultural que exaltava a identidade negra, lamentando o impacto negativo que a cultura europeia e sua civilização tiveram sobre as tradições africanas.

dos EUA. Mais uma vez, Du Bois pediu o reconhecimento de direitos iguais entre negros e brancos. Por sua vez, o III Congresso Pan-Africano decorreu em 1923, mais uma vez em Londres, contando com um grupo organizado de intelectuais negros que formavam a Liga Africana, mas não fazendo muitos progressos. Por conta disso, foi realizada uma segunda sessão em Lisboa, na qual Du Bois pediu o abrandamento dos trabalhos forçados nas colônias portuguesas (COMITINI, 1980).

O IV Congresso Pan-Africano realizou-se em Nova Iorque, em 1927, contando com a presença de 208 delegados oriundos de uma dezena de países. É neste congresso que o Pan-Africanismo começa a tomar a forma de uma doutrina, reivindicando o direito de os africanos fazerem ouvir sua voz junto às metrópoles europeias. O evento proclamou o direito dos africanos aos territórios africanos e seus recursos, o direito à justiça adaptada às condições locais, que incluísse juízes africanos, o direito à educação, bem como o fim da escravidão e do comércio do álcool (COMITINI, 1980).

8 O NACIONALISMO AFRICANO

Em 1939, eclode a II Guerra Mundial e, mais uma vez, milhões de africanos são convocados para o teatro de operações militares, participando na guerra de diversas formas. Ademais, a guerra causa muitas dificuldades econômicas e sociais aos territórios africanos, como o freio dos nacionalismos crescentes.

Enquanto isso, surgem na Europa, particularmente na França, Grã-Bretanha e nos EUA, organizações culturais fundadas por estudantes e intelectuais africanos que contestam o colonialismo europeu. Assim, surge um movimento de solidariedade aos negros descendentes de africanos nos EUA e nas Antilhas Britânicas e Francesas que, mais tarde, ficaria conhecido como *Pan-Africanismo*, com Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta na Grã-Bretanha, Du Bois e Marcus Garvey nos EUA, George Padmore das Antilhas Britânicas, Price-Mars do Haiti e, posteriormente, Leopold Senghor e Aimé Césaire, na França.

A II Guerra Mundial transformou o continente africano num campo estratégico privilegiado do conflito mundial, acelerando o despertar do nacionalismo nas colônias em África e propagando entre os estudantes e intelectuais africanos na diáspora na Europa uma mentalidade anticolonial. De acordo com Ki-Zerbo (1972b), centenas de milhares de negros participaram nessa guerra em regiões e países nos três continentes. Os africanos que haviam participado da guerra voltaram aos seus países

de origem. Com a experiência do conflito, eles perceberam que os europeus não eram superiores aos africanos, que eram tão humanos quanto eles e detentores das mesmas fraquezas – enfim, descobriram o seu próprio valor:

Foi essa, para centenas de milhares de negros, a ocasião de uma descoberta brutal do homem branco, na sua verdade, sem máscara imperial nem ouropéis proconsulares. Os Brancos trabalhavam com as suas mãos. Suavam. Tinham relações carnisais. Atormentava-os a fome e a sede como a qualquer outro, havia os que tremiam de medo, os que torturavam, os que traíam e os que se matavam uns aos outros com raiva. Certos deles eram heróis. «Os Negros não são melhores nem piores que os homens das outras regiões do globo», escrevia com serenidade David Livingstone. E esta simples frase, revolucionária no século XX, tomava em 1942 um sentido límpido e cru para milhões de africanos (KI-ZERBO, 1972b, p. 158).

A II Guerra Mundial tinha demonstrado aos africanos as contradições existentes entre as potências coloniais europeias – entre germânicos e não germânicos, fascistas e não fascistas, comunistas e não comunistas. Os europeus confundidos em África na dominação e na superioridade colonial revelaram-se verdadeiros lobos uns contra os outros, se discriminando e se desprezando. Os soldados africanos que participaram na guerra foram os primeiros artesãos do nacionalismo africano. Com o término da guerra, surgiram diversos movimentos independentistas e partidos políticos em toda África. Recém-saída da guerra, a Europa estava enfraquecida e não pôde conter os nacionalismos e o crescente desejo de independência dos países africanos:

A guerra certamente desempenhou um papel ao enfraquecer as potências imperiais. A França fora humilhada pelos alemães e a sua derrota contribuiu para a destruição do mito da sua invencibilidade imperial. A Grã-Bretanha saiu empobrecida e esgotada da guerra durante a qual ela perdera, inclusive, a vontade de conservar o domínio sobre um império demasiado vasto. Somente pouco mais de dois anos, após o fim do conflito mundial, ela foi obrigada a separar-se da “mais brilhante joia da Coroa britânica”, o império das Índias. A guerra também contribuiu para reforçar o papel planetário dos Estados Unidos e da União Soviética, cujas sombras se projetavam doravante muito além do universo da Europa imperial. Cada qual a sua maneira, as novas superpotências iniciaram uma pressão junto aos primeiros colonizadores, os europeus, com o intuito de conduzi-los a desmantelar os seus impérios (as superpotências possuíam seus próprios objetivos imperialistas para o pós-guerra) (MAZRUI, 2010, p. 133).

Além do papel desempenhado pelos sindicatos e intelectuais africanos, afro-americanos e antilhanos radicados em diversos países europeus, cabe destacar o papel desempenhado pelas revistas literárias, pelos jovens, pelas mulheres, bem como pelas associações culturais, jornais, revistas, diversas conferências, congressos

e suas resoluções para a emergência e o desenvolvimento dos nacionalismos africanos no âmbito da II Guerra Mundial.

9 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES, JORNAIS, REVISTAS, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS

O fim da II Guerra Mundial e a derrota da Alemanha fizeram cair por terra a ideia da pureza racial e da hegemonia cultural do europeu sobre os outros povos. Além disso, criaram nos africanos que participaram da guerra um sentimento de que a liberdade não era um privilégio europeu, mas sim um objetivo universal. A consolidação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o discurso contra o colonialismo e a favor da autodeterminação dos povos colonizados criam uma atmosfera política anticolonial que favoreceu a emergência de movimentos nacionais de libertação. A partir de 1945, iniciam pressões internacionais contra a colonização e a favor da autodeterminação dos povos africanos e asiáticos.

Ao final da guerra, as atividades dos nacionalistas africanos radicalizaram-se com a realização do V Congresso Pan-Africano em Manchester, na Grã-Bretanha. Tal congresso organizado por W. Dubois contou com sessões dirigidas por intelectuais africanos como: Kwame Nkrumah, J. E. Taylor, Ako Adjei e R. G. Armattoe, todos do Ghana; George Padmore, de Trindade e Tobago; Obafemi Awolowo, H.O. Davies e Jaja Wachuku, da Nigéria; Jomo Kenyatta, do Quênia; Hastings Banda, do Malawi; Pierre Miliard, das Guianas Francesas; T.R. Makonen, das Guianas Inglesas; e Peter Abrahams (COMITINI, 1980). Nesse evento, os africanos denunciaram como questões-chave: as divisões territoriais do continente criadas pela colonização europeia; a ocupação das principais terras aráveis nos territórios africanos; a exploração econômica destinada a desencorajar a industrialização; e a instalação de colonos europeus nas terras cultiváveis em África. Os delegados do congresso comprometeram-se a lutar contra o analfabetismo e a subnutrição, assim como pelos direitos sindicais e pela criação de cooperativas de produção.

Foi durante o congresso que foram emitidas resoluções exigindo a independência da Argélia, Tunísia e Marrocos, bem como sustentando que a única solução para a paz residia na independência total e completa da África Ocidental. Por iniciativa de Kwame Nkrumah (1976), foi formado um comitê regional denominado *West African National Secretariat*. Pela primeira vez, os africanos reclamaram a “independência total e completa” e uma “África unificada” com base em uma economia socialista. Entretanto,

o congresso contou apenas com a participação de representantes das colônias da região ocidental do continente. Nenhum africano originário das colônias francesas e portuguesas participou dele.

Nesse mesmo contexto, em 1947, é criada a revista *Présence Africaine* pelo senegalês Alioune Diop, que se transformou num movimento cultural que prossegue com a tradição de Du Bois e dos congressos pan-africanos. A revista, cujos números saíam simultaneamente em Paris e Dakar, teve um efeito explosivo, congregando jovens intelectuais negros de todas as partes do mundo. A *Présence Africaine* recuperou a noção de negritude, explorando-a de diversas formas. A revista congregava escritores africanos e europeus comprometidos com as lutas emancipadoras, como Emmanuel Mounier, Jean-Paul Sartre, Albert Camus e André Gide.

Em 1952, sai um número especial da *Présence Africaine*, discutindo a questão dos estudantes africanos universitários na Europa, demonstrando a ausência de estudantes das colônias belgas e portuguesas em África nesse movimento. Nas suas políticas coloniais em África, Bélgica e Portugal só enviavam à Europa estudantes africanos escolhidos com muito cuidado e em número escasso até 1956. Por essa razão, os intelectuais desses territórios africanos desempenharam papel tardio na emancipação de seus territórios (KI-ZERBO, 1972a).

Nessa conjuntura, cabe destacar o VI Congresso Pan-Africano, que ocorre em 1953, no Ghana, e corresponde ao primeiro congresso a realizar-se em território africano. Kwame Nkrumah já estava no poder como presidente do país. O congresso teve como objetivos a criação do *National Congress of West África*, que teria a função de promover a unidade da África Ocidental, bem como a organização de conferências periódicas nos territórios coloniais britânicos e franceses. Nesse momento, apenas quatro Estados africanos haviam alcançado a independência: Libéria, Etiópia, Egito e a União Sul Africana.

Em 1955, a *Présence Africaine* promoveu na Sorbonne o I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros com o tema “racismo e cultura” e contou com a participação de Leopold Senghor, Jean Price-Mars, Richard Wright, Aimé Césaire e Jacques Rabemananjara. Nesse momento, a ideia de negritude alcançava o seu auge, recusando a assimilação cultural.

A 6 de Março de 1957, triunfa o Pan-Africanismo com a independência do Ghana, a primeira nação africana a obter a independência do colonialismo europeu. Ao tornar-

se independente, Ghana foi um dos países mais batalhadores em prol da descolonização. Nos anos subsequentes, no início da década de 1960, dezenas de países africanos alcançam suas independências, destacando-se: Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo-Kinshasa, Congo-Brazzaville, Gabão, Gâmbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal e Somália. Aliado a esse contexto, a criação da ONU em 1945 também contribuiu para o processo de independência dos países africanos e asiáticos.

Em 1949, a Assembleia Geral da ONU determinou que a Líbia se tornasse independente, o que só aconteceu em 1952. A Somália tornou-se independente dez anos depois. À medida que a ONU se tornava uma instituição mais representativa, o colonialismo perdia a sua legitimidade e os países europeus iam fazendo concessões importantes às suas colônias, pela força dos movimentos nacionalistas africanos. Nesse contexto, as lutas dos países africanos pela independência iam acontecendo de várias maneiras: mobilização não-violenta, revoltas radicais cristãs, jihads – guerras santas pela via de Deus – e guerras de guerrilha (UZOIGWE, 2010). Ademais, os EUA e a URSS, cujo poderio industrial crescera de maneira prodigiosa com a II Guerra Mundial, iniciavam a competição mundial bipolar nos planos político, econômico e ideológico, com propaganda e apoio político-econômico às ações dos movimentos africanos anticolonialistas. Os EUA, que sempre direcionaram sua perspectiva imperialista para a América Latina, encaravam os problemas africanos com uma atitude “liberal”, como herança da tradição anticolonial de suas próprias origens políticas e das lutas pelos direitos civis.

11 ÁFRICA NA GUERRA-FRIA

Nessa suposta perspectiva liberal, os EUA defendiam uma política idealista do direito de os povos disporem de si mesmos, propondo a administração das colônias por um organismo internacional até a independência. Mais tarde, ficou claro que tal pretensão norte-americana tinha objetivos puramente econômicos e militares na sua disputa com a Europa e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por zonas de influência geopolítica e econômica.

Já a URSS tinha uma política anticolonial assentada em bases mais sólidas, inspirada nas críticas de Karl Marx e Lenine ao imperialismo, apoiando a luta dos povos oprimidos. O anticolonialismo soviético apresentava-se não apenas como uma tarefa de libertação, mas também como uma contribuição para a paz mundial (KI-ZERBO,

1972b). As duas potências mundiais, que se encontravam em um confronto bipolar a circunscrever a Guerra Fria, viam em África, particularmente na região subsahariana, um ponto estratégico para a difusão de suas ideologias. Acerca do confronto bipolar entre EUA e URSS, cabe destacar a posição de Samir Amin (1977) que, considera a expressão “mundo bipolar” enganosa. Ele diz que:

Entre 1948-1967 todos esses processos caminham paralelos ao domínio absoluto dos EUA nos planos industrial, financeiro e militar, e a nível internacional as transações se efetuam de forma acentuadamente hierarquizada. O dólar é a moeda universal e o atlantismo triunfa. A URSS passa da guerra-fria à coexistência pacífica a partir de 1953. A expressão mundo “bipolar”, frequentemente usada para caracterizar esse período, é, na realidade enganosa, pois o papel desempenhado pela Rússia é o de um diamante brilhando a reboque dos EUA. Todo este equilíbrio, entretanto, começa a se pulverizar a partir de 1967, ou seja, bem antes que a Europa, o Japão e naturalmente a URSS alcancem os EUA (AMIN, 1977, p. 13 - 14).

A Guerra Fria apresentou-se fria na Europa e EUA, mas quente em África. África tornara-se um dos principais palcos dessa guerra, que se manifestou via influência político-ideológica, bem como pela presença militar de soldados e mercenários das potências mundiais:

A guerra acelerou a propagação, na Europa e na África, de uma mentalidade anticolonial que tornou rapidamente caduco um regime desde sempre considerado intocável. Amplamente solicitados e empregados fora do continente, os africanos trouxeram-lhe novas ideias, formuladas a partir dos seus contatos com os europeus e os asiáticos. O mito da superioridade branca estava definitivamente abalado; as elites africanas encontravam-se prontas a assimilar o interesse da propaganda anticolonial soviética ou norte-americana (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 337).

Muitos africanos haviam saído do continente para estudos nos EUA, onde foram matriculados em escolas e universidades destinadas à população negra, sendo influenciados pelas missões religiosas protestantes americanas com propaganda política anticolonial. Tais estudantes africanos estabeleciam relações com movimentos sociais e religiosos afro-americanos e retornavam a seus países com ideias anticolonialistas, incitando milhares de compatriotas a cursarem escolas, missões e universidades norte-americanas. Muitos estudantes estiveram em contato com afro-americanos que lutavam pelos direitos civis da população afro-americana, como Frederick Douglass, Booker Washington, Marcus Garvey e William Dubois. Dentre milhares de estudantes africanos que regressaram dos EUA, destacam-se Kwame Nkrumah, do Gana; Eduardo Mondlane, de Moçambique; e Kamuzu Banda, do Malawi.

As campanhas de evangelização, encetadas pelas missões religiosas protestantes norte-americanas em África, acabaram servindo de trampolim para revoluções educacionais e políticas de milhares de africanos. É dessa leva de africanos para os EUA e do contato desses com intelectuais negros americanos que nasceu o movimento Pan-Africano, que desempenhou papel importante na luta pelas independências em África e, após as independências, tornou-se um fato histórico internacional. Em 1950, encontravam-se nos EUA cerca de 700 estudantes africanos frequentando universidades para negros, convivendo com uma expressiva manifestação do pensamento e das lutas anticoloniais.

A URSS, potência europeia que não havia participado do processo de colonização do continente africano, tinha uma clara posição anticolonial. Há muito tempo que a URSS vinha mostrando solidariedade e apoiando política e militarmente os movimentos independentistas africanos e asiáticos de esquerda que simpatizavam com o comunismo. Muitos quadros desses movimentos receberam treinamento militar, político e ideológico, verificando-se igualmente difusão de material de guerra e até a presença de soldados dessa potência mundial do leste europeu nos territórios africanos. Após as independências, boa parte dos Estados africanos aderiu ao socialismo, que parecia muito próximo à realidade das sociedades africanas tradicionais.

De acordo com Comitini (1982), o movimento marxista-comunista tem uma longa história em África, sendo o Partido Comunista da África do Sul (SACP), fundado em 1921, o primeiro partido nele inspirado. Mais tarde, foram fundados partidos comunistas em Ghana, Egito, Argélia, Tunísia, Marrocos, Sudão, Senegal e Nigéria. Em 1939, havia cerca de 5.000 africanos inscritos em partidos comunistas e, em 1971, mais de 60.000 inscritos. Na África Austral – último reduto colonial no continente –, países como Zâmbia, Tanzânia, Angola, Moçambique, Namíbia, Zaire, Madagascar e Ilhas Comores foram governados por partidos proclamados socialistas, após suas independências, entre os anos de 1960 e 1990, embora nem todos se definissem como comunistas.

12 AS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS E A CRIAÇÃO DA OUA

Em 1955, realizou-se a Conferência de Bandung na Indonésia, cujo tema era a luta contra a colonialismo. Com a participação de 25 países entre africanos e asiáticos, a conferência estimulou as lutas por independência no continente africano e asiático. A conferência foi organizada pelo movimento de solidariedade entre países africanos e

asiáticos que sofreram com a colonização europeia, sob patrocínio de personalidades políticas intelectuais e científicas da esquerda europeia e com apoio financeiro da China (COMITINI, 1980).

A carta final da conferência condenava todos os tipos de colonialismos e as doutrinas internacionais que recorriam à força, à infiltração e à subversão, indicando a resolução das disputas internacionais por meios pacíficos. Após esse evento, a Inglaterra reconheceu a independência do Sudão em 1956, seguida da independência do Ghana, em 1957, e da Guiné Conakry, em 1958. No final, a conferência representou um grande precedente para as lutas anticolonialistas e antimperialistas dos continentes africano e asiático. Após esses reconhecimentos, o processo de descolonização foi sucedendo em cadeia. A partir de 1960, as colônias britânicas e francesas em África proclamam suas independências, nomeadamente: Burkina-Faso, Benin, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire. Já entre 1961 e 1962, 5 países tornam-se independentes: Serra Leoa, Burundi, Uganda e Argélia. Por essa razão, a década de 60 do século XX é conhecida como “década de África”.

Em maio de 1962, representantes dos países africanos independentes e de outros ainda sob domínio colonial reúnem-se na Conferência da Cúpula dos Estados Africanos Independentes, realizada em Adis-Abeba capital da Etiópia, então governada pelo imperador Hailé Selassié. Tal conferência tinha como objetivo coordenar e intensificar esforços para acelerar as independências dos territórios africanos ainda sob domínio da colonização europeia, reafirmando o dever de todos os Estados africanos independentes em apoiar a liberdade e a independência dos povos ainda sob domínio estrangeiro. Nesse evento, discutiu-se fundamentalmente duas ordens de questões: a situação do Zimbábwe, da Namíbia e da África do Sul que eram governadas por regimes racistas, constituídos de minorias brancas de origem britânica, sob regimes do apartheid; como também a situação das colônias portuguesas em África, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe. Os países reunidos determinam o apoio pela via da luta armada, como única solução para a libertação desses territórios africanos, ainda sob domínio colonial europeu (COMITINI, 1980).

Foi nessa conferência que se proclamou a data de 25 de Maio como dia de libertação de África, marcando o reconhecimento da legitimidade da ONU. Na conferência foi criada e aprovada a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), a primeira instituição representativa do continente com objetivos de unir, fortalecer e

defender a soberania dos países africanos, bem como erradicar todas as formas de colonialismo. Nos anos seguintes após a criação da OUA, aumentam a solidariedade, o apoio político e militar dos países africanos já independentes para com os movimentos independentistas das colônias portuguesas e dos territórios anglófonos dominados por minorias brancas, localizados na África Austral.

As lutas armadas contra o colonialismo europeu generalizam-se na Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São-Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Zimbábwe, África do Sul e Namíbia. Cerca de dez anos depois, em 1975, os territórios da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola obtêm suas independências da colonização portuguesa por meio de lutas armadas sangrentas. Esses dois últimos países, falantes da língua portuguesa e localizados na África Austral, apoiaram a luta armada de libertação e desempenharam papel relevante para a independência dos países africanos vizinhos – África do Sul, Namíbia e Zimbábwe –, que estavam sob domínio de governos racistas dominados por minorias brancas, em sistemas de apartheid. Cinco anos depois, em 1980, o Zimbábwe alcança sua independência da minoria branca de origem britânica que governava o território. Já a África do Sul e a Namíbia livram-se do regime do apartheid em 1990.

13 A OUA

A OUA foi criada na reunião da Cúpula dos Estados Africanos Independentes, acontecida em Adis-Abeba, capital da Etiópia, entre os dias 22 e 25 de maio de 1963, com o objetivo de eliminar a colonização, promover a solidariedade entre os povos e discutir os problemas advindos da descolonização. A organização também buscava a autonomia do continente para resolução dos seus próprios problemas sem interferências externas, além de buscar uma forma de inserção internacional para África. Entre os desafios políticos iniciais que a organização assumiu estavam o fortalecimento dos territórios africanos a nível nacional e internacional, bem como a conquista das independências políticas e econômicas, algo que representava uma tarefa árdua diante da bipolarização, na qual os EUA e a URSS dominavam o cenário político, econômico e ideológico mundial.

Os africanos estavam convencidos da necessidade imperiosa de intensificar esforços para acelerar as independências de todos os territórios africanos, ainda sob dominação colonial. Na reunião, foi elaborada, apresentada e aprovada a Carta da Organização da Unidade Africana, seus objetivos e princípios norteadores. Meio século

após a sua criação, a OUA viria a dar lugar à União Africana (UA) (OTÁVIO; CARDOSO, 2014). A OUA surge em um contexto de disputa entre o Grupo de Casablanca e o Grupo de Monróvia, facções líderes dos países africanos independentes no ano de 1960, com diferenças políticas, mas unidas pelo objetivo de acabar com a colonização:

A Organização da Unidade Africana perseguia os seguintes objetivos: o combate ao colonialismo; a defesa do pan-africanismo; o combate ao *apartheid*. Essa Organização visava incrementar a cooperação entre os seus membros, estabelecer a unidade e a solidariedade dos Estados africanos, defender a integridade territorial, a independência e a soberania e seus membros. Atuou na economia, na defesa, na segurança coletiva e na cultura. A Carta da Organização da Unidade Africana tem sido definida como uma carta de libertação, posto que as verdadeiras preocupações dos Estados africanos nela contidas eram relativas à unidade africana, à não-interferência nos assuntos internos dos países tomados individualmente e à libertação, não só do sistema colonial como também do neocolonial (DIALLO, 2005, p. 11).

A existência de objetivos em comum entre as nações africanas levou o grupo a se reunir em 1963, em Addis Abeba, com o objetivo de discutir a independência política do continente, apoiar movimentos de libertação e formar uma posição unânime na ONU. A OUA serviu como mecanismo para buscar autonomia e reconhecimento do continente, bem como um modelo de inserção internacional. Conhecida como organização “mãe do continente”, nasce de um contexto marcado por diversos conflitos internos, disputas pelo poder etc. A organização teve suas raízes no pan-africanismo, impulsionando os Estados africanos a manter a unidade política e econômica. Nas décadas seguintes à fundação, dentre os principais objetivos da OUA, passou a constar manutenção da estabilidade entre os Estados. Entretanto, nas décadas de 1970 e 1990, o continente africano apresentou um contexto marcado por conflitos internos permeados por disputas de poder, que provocaram crises nos países.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a configuração histórica de África – sua condição na geopolítica mundial e o seu lugar periférico na divisão internacional do trabalho capitalista – deve-se à entrada forçada deste continente na Modernidade ocidental europeia, na condição de fornecedor de matérias-primas e de mão de obra escrava. África viu-se também colonizada e ocupada pelas diferentes potências europeias, com consequências negativas para o passado, presente e futuro do continente e seus habitantes. Conquistadas as primeiras independências africanas, a partir da década de 1960 e as

últimas na década 1990, após a tomada do poder, geralmente os governos africanos herdaram administrações e estruturas coloniais obsoletas que serviam apenas aos propósitos e objetivos da pequena elite urbana branca e europeia. Assim, grande parte dos governos africanos enfrentaram o desafio de unificar distintos grupos etnolinguísticos tradicionais em um e único Estado e mais: escolher a forma de governo desses territórios e alfabetizar mais de 90% da população a quem a colonização europeia negara acesso à saúde, à educação e a bem-estar.

A criação da OUA representou a concretização dos anseios de intelectuais e líderes pan-africanistas, o abandono das agendas políticas nacionais, regionais, raciais e étnicas, assim como a sua substituição por uma identidade continental. Entretanto, na década seguinte à sua fundação, a organização começa a vivenciar os seus maiores desafios e provações de ordem interna e externa: neocolonialismo, tentativas de secessão de territórios africanos, golpes de Estado, violações de seus estatutos e dos direitos humanos e a falta de financiamento. Nessa conjuntura, na segunda metade do século XX, quase todas as nações africanas vivenciam distintas crises cíclicas, sejam elas alimentares, energéticas, de abastecimento, de caráter sócio-econômico ou de cunho político militar. Tais crises nos diferentes países africanos expressam-se de diferentes formas: secas e períodos de fome prolongados; emergência de conflitos de ordem militar, étnica ou mesmo religiosa, por conta da divisão não equitativa das riquezas nacionais; disputas territoriais, fronteiriças e de recursos florestais, minerais e hídricos, herdadas da colonização europeia; golpes de Estado; guerras internas e de secessão; massacres e genocídios; e desmembramento de países. Parte desses conflitos tem causas externas, ligadas às disputas ideológicas entre as duas maiores potências e blocos econômicos capitalista e socialista – EUA e URSS, respectivamente – no contexto da Guerra-Fria.

REFERÊNCIAS

AMIN, S. (coord.). Uma crise estrutural. In: AMIN, S. *et al.* **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal., 1977. p. 05 - 44.

BERNAL, M. **Black Athena**: the Afroasiatic roots of classic civilization. v. II. Londres: Free Association Books, 1991.

BOAHEN, A. A África diante do desafio colônia. In: _____. (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010a. p. 01 - 21.

_____. Partilha europeia e a conquista de África: apanhado geral. In: _____. (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010b. p. 21 - 51.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

COMITINI, C. **África arde: lutas dos povos africanos pela Liberdade**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. **África: o povo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

COQUERY-VIDROVITCH, C. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 337 - 376.

CROWDER, M. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. In: BOAHEN, A. (ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 319 - 352.

DIALLO, A. Integração africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 07 - 20, 2005.

DIOP, C. A. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (ed.). **História Geral da África II: África Antiga**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 01 - 36.

DU BOIS, W. **As almas da gente Negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

HARRIS, J.; ZEGHIDOUR, S. África e a diáspora negra. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 849 - 872.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, B. (ed.). **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 91 - 134.

JERÔNIMO, M. A devastação das guerras nas colônias. **Jornal Público**, Lisboa, p. 02 - 07, 5 set. 2014.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. v. I. Viseu: Publicações Europa-América, 1972a.

_____. **História da África Negra**. v. II. Viseu: Publicações Europa –América, 1972b.

M'BOW, M. Prefácio. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. XIX - XXIV.

MAZRUI, A. "Procurai o reino político...". In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 125 - 150.

NKRUMAH, K. **África deve unir-se**. Lisboa: Bertrand. 1976.

OLORUNTIMEHIN, O. A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In: BOAHEN, A. (ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 657 - 674.

OTÁVIO, A.; CARDOSO, N. Reflexões acerca da primeira década da União Africana: da transformação à atuação no Burundi, no Sudão e na Somália. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 26, p. 45 - 65, 2014.

UZOIGWE, G. Partilha europeia e a conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. (ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21 - 50.